

Presidente do TCE-PE coordena reunião sobre Código Processual dos Tribunais de Contas



O presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), Valdecir Pascoal, coordenou mais uma reunião da comissão que vai propor a redação do Código de Processo de Controle Externo Brasileiro (CPCE). Os trabalhos aconteceram nos últimos dias 2 e 3, na sede do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em Brasília.

A pauta incluiu a consolidação das propostas do anteprojeto de lei que vai criar o CPCE e elaboração da minuta do código. O documento seguirá para análise da diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que instituiu a comissão, com consulta a entidades parceiras e especialistas no assunto.

Pelo TCE-PE, além de Pascoal, também integram a comissão o conselheiro Carlos Neves, o procurador jurídico Aquiles Viana, a diretora de Plenário Candice Marques, e a auditora de controle externo Virgínia Galvão. A comissão ainda conta com a participação do conselheiro Odilon Teixeira (TCE-PA), e servidores do TCE-PE, TCE-RJ, TCE-SC e TCE-RO.

Iniciada em maio de 2024, a elaboração do CPCE tem o objetivo de unificar as normas processuais aplicáveis aos tribunais de contas de todo o país.

Fiscalização do TCE-PE avalia condições de saneamento nas escolas da rede pública



O TCE-PE iniciou, na última segunda-feira (2), uma fiscalização em 70 escolas públicas estaduais e municipais, distribuídas em 58 municípios pernambucanos. A coleta de dados está sendo feita por meio de um questionário aplicado aos gestores escolares, com 41 perguntas sobre saneamento básico e estrutura das unidades de ensino.

A fiscalização faz parte da operação nacional Sede de Aprender, por meio de acordo entre o Conselho Nacional do Ministério Público, a Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB), incorporando a participação dos tribunais de contas e ministérios públicos do país.

Hoje, dos quase 1,6 milhões de alunos matriculados nos 5.816 escolas públicas de Pernambuco, mais de 39 mil estudam em unidades sem acesso à água tratada. Outros 24 mil frequentam instituições sem banheiro e 10 mil convivem diariamente com a ausência de serviços de água e esgoto.

As informações coletadas serão enviadas à Atricon e ao IRB, que farão a consolidação dos dados. A partir dos resultados obtidos, os gestores responsáveis receberão propostas de melhorias voltadas à solução dos problemas encontrados.

TCE-PE recomenda aprovação das contas de 2022 do ex-governador Paulo Câmara



(25,55%), além do teto de gastos com pessoal, que ficou em 43,3% da receita, abaixo do limite de 49% estabelecido pela LRF.

Em sessão especial, o Pleno do TCE-PE recomendou à Assembleia Legislativa de Pernambuco a aprovação das contas do ex-governador Paulo Câmara, referentes a 2022.

O relator do processo, conselheiro Ranilson Ramos, destacou que a gestão cumpriu os limites constitucionais de investimentos em saúde (18,82%) e educação

Siga o TCE nas redes sociais



/TCEPernambuco



@tcepe



@tce_pe